

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO ESPECIAL Nº 1.708.896 - SP (2017/0078608-7)

RECORRENTE : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV  
PROCURADOR : MARCELO TREFIGLIO MARÇAL VIEIRA - SP240970  
RECORRIDO : ALEXANDRE COLLI DOMINGUES  
ADVOGADOS : DOUGLAS DE MORAES NORBEATO - SP217149  
FABIANO ZAGO DE OLIVEIRA - SP317820

### DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Na origem, a SPPREV ajuizou ação anulatória em face de ALEXANDRE COLLI DOMINGUES, objetivando a anulação do benefício pensão por morte recebido pelo réu, pensionista de servidor estadual.

Aduz, em síntese, que a parte ré recebe pensão por morte desde 29/12/1999, na condição de beneficiário instituído em vida pelo servidor falecido, com fundamento no artigo 153 da Lei Estadual n. 180/1978. No entanto, considera que desde a edição da Lei 9817/1998, não é mais possível a concessão de benefícios previdenciários que não os previstos no regime geral. Conclui informando que o pagamento do benefício ao réu implica permitir seu enriquecimento sem causa, em prejuízo ao erário.

Deu-se, à causa, o valor de R\$ 1.000,00 em 26 de dezembro de 2012.

Após sentença que julgou improcedente a demanda, foi interposta apelação, que teve seu provimento parcialmente concedido, para reduzir a verba honorária, pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - AV. BRIGADEIRO, restando consignado que *ajuizada a presente ação aos 8 de janeiro de 2013, fulminando o direito de revisão e anulação, directe, pela decadência, já também se veria inibida a pretensão por óbice prescritivo* (fl. 184). O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis*:

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. PLEITO ANULATÓRIO DE ATO ADMINISTRATIVO. PRESCRIÇÃO. REDUÇÃO DA VERBA HONORÁRIA.

Aplicável para a prescrição das ações de lesividade no Estado de São Paulo é o prazo de um lustro previsto no Decreto nº 20.910/1932 (de 5-1), norma de direito público e, que bem por isso, prefere, para o caso, ao do art. 205 do Código Civil, averbando-se ainda não ser da competência do legislador estadual criar normas sobre prescrição (inc. I do art. 22 da Constituição federal de 1988).

Acolhimento da remessa necessária e parcial provimento da apelação, para reduzir a verba honorária.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV interpôs o presente recurso especial, apontando violação aos arts. 177 do CC/1916 e 205 e 2.028 do CC/2002.

Sustenta, em síntese, não ter ocorrido a prescrição da pretensão anulatória do benefício concedido.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido (fls. 203-206).

O Ministério Público Federal opina pelo desprovimento do recurso especial, nos termos do parecer de fls. 248-253, que guarda a seguinte ementa:

RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE DE SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE ANULAÇÃO DA PENSÃO. PRESCRIÇÃO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO (SÚMULAS 282 E 356 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL). PRAZO PRESCRICIONAL DE 5 ANOS, PREVISTO NO DECRETO n. 20.910/1932. PARECER NO SENTIDO DO NÃO CONHECIMENTO OU DESPROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL.

É o relatório. Decido.

Como a decisão recorrida foi publicada sob a égide da legislação processual civil anterior, observam-se em relação ao cabimento, processamento e pressupostos de admissibilidade dos recursos as regras do Código de Processo Civil de 1973, diante do fenômeno da ultratividade e do Enunciado Administrativo nº 2 do Superior Tribunal de Justiça.

Quanto ao mérito, o Tribunal de Origem negou provimento à apelação sob fundamento de que o ato administrativo que se deseja anular é de 29/12/1999, produzido na vigência da lei que regula o processo administrativo estadual, sendo que a presente ação foi proposta após o decurso do prazo decenal, restando caracterizada a decadência da pretensão autoral.

No tocante à alegada violação aos arts. 205 e 2028, do CC, cumpre destacar manifestação contida no AREsp 1.086.996/SP que, em situação análoga, decidiu nos seguintes termos:

Quanto a suposta violação aos arts. 177 do Código Civil de 1916, 205 e 2.028 do Código Civil de 2002, verifica-se que o entendimento desta Corte orienta-se pela incidência "da regra geral de direito intertemporal na qual determina o afastamento das disciplinas do Código Civil quando houver lei específica sobre a matéria, no caso a Lei federal n. 9.784/99 e Lei estadual n. 10.177/98" (STJ, AREsp 725.196/SP, Rei. Ministro HUMBERTO MARTINS, DJe de 29/06/2015).

Nesse sentido:

# Superior Tribunal de Justiça

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SENTENÇA COLETIVA. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. DOCUMENTOS SOLICITADOS À UFPR. PRAZO PARA ENTREGA. DILAÇÃO POR SESSENTA DIAS. SUSPENSÃO DO PROCESSO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. SUSPENSÃO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 150/STF. INCIDÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

(...)

4. Como cediço, a lei especial prevalece sobre a lei geral (*lex specialis derogat lex generalis*). Por via de consequência, não se aplica à espécie a regra contida no art. 199, I, do Código Civil de 2002 (segundo a qual "Não corre igualmente a prescrição: (...) pendendo condição suspensiva), haja vista se tratar de uma norma genérica que não tem o condão de afastar as regras específicas do CPC, introduzidas no ordenamento jurídico pela Lei 11.382, de 7/12/06.

5. A ação cautelar de protesto proposta após o escoamento do prazo prescricional não interfere em sua contagem" (REsp 1.251.447/PR, Rel. Min. ELIANA CALMON, Segunda Turma, DJe 24/10/13).

6. Agravo regimental não provido.

(STJ, AgRg no REsp 1.263.731/PR, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 27/08/2014).

[...]

Com efeito, verifica-se que a questão demanda a análise da lei local, providência vedada em sede de recurso especial. Desse modo, aplicável, por analogia, o enunciado da Súmula nº 280, do STF, segundo o qual *por ofensa ao direito local não cabe recurso extraordinário, ensejando o não conhecimento do recurso especial*.

Nesses termos:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TAXA DE COOPERAÇÃO E DEFESA DA ORIZICULTURA-CDO. CONTROVÉRSIA RELATIVA À CAPACIDADE TRIBUTÁRIA ATIVA QUE FOI DIRIMIDA PELA CORTE ESTADUAL COM BASE NA INTERPRETAÇÃO DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO PELO STJ. SÚMULA 280/STF. AGRAVO REGIMENTAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O tema relativo à legitimidade do Estado do Rio Grande do Sul para exigir a Taxa de Cooperação e Defesa de Orizicultura-CDO, instituída em favor do Instituto Rio Grandense do Arroz-IRGA, foi decidido pelo Tribunal de origem com base nas disposições contidas em legislação local (Lei 533/1948 e Lei 13.697/2011, ambas do Estado do Rio Grande do Sul). Contudo, o exame de direito local é medida vedada na via Especial, a teor da Súmula

# *Superior Tribunal de Justiça*

280 do STF.

2. Agravo Regimental do ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 559942 / RS, 2014/0182195-6, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, T1- PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe28/09/2017)

ACÓRDÃO FUNDAMENTADO EM LEI LOCAL. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SUMULA 280 DO STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE PREJUDICADA.

1. Verificar a violação apontada ao art. 1º da Lei Complementar Federal 51/1985 demanda a análise de lei local (Lei Complementar Estadual 1.062/2008), o que não é adequado em Recurso Especial (Súmula 280 do STF).

2. Fica prejudicada a análise da divergência jurisprudencial, uma vez que a tese sustentada já foi afastada no exame do Recurso Especial pela alínea "a" do permissivo constitucional. Precedentes do STJ. 3. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1672416 / SP, 2017/0104622-0, Rel. Ministro Herman Benjamin, julgado em 05/09/2017, DJe 13/09/2017)

Por outro lado, a verificação de validade de lei local, em face de lei federal denota natureza constitucional da controvérsia. Tal apreciação, na instância excepcional, não compete ao STJ, mas ao STF, por meio de Recurso Extraordinário (art. 102, III, *d*, da CF/1988).

Neste sentido:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PENSÃO POR MORTE. BENEFICIÁRIOS PREVISTOS NA LEI ESTADUAL 180/1978. POSSÍVEL AFRONTA À LEI 9.717/1998. CONTROVÉRSIA SOBRE A VALIDADE DA LEI LOCAL EM FACE DE LEI FEDERAL. DISCUSSÃO DE CARÁTER CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE EM RECURSO ESPECIAL.

1. Hipótese em que o Tribunal local consignou: "o que veda a Lei 9.717 é a concessão de benefícios distintos dos concedidos pelo RGPS; o benefício da pensão por morte está previsto no regime geral. Os arts. 152 e 153 da Lei 180/78 apenas identificam os beneficiários da pensão por morte, por isso não há incompatibilidade entre a lei federal e a estadual" (fl. 194, e-STJ).

2. A insurgente aduz que a estipulação de beneficiários de pensão por morte previstos na lei estadual viola o disposto no art. 5º da Lei 9.717/1998. No entanto, a verificação de validade de lei local em face de lei federal denota natureza constitucional da controvérsia. Tal apreciação, na instância excepcional, não compete ao STJ, mas ao STF, por meio de Recurso Extraordinário (art. 102, III, alínea "d", da CF/1988).

3. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1656484/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe 02/05/2017)

Ademais, mesmo que assim não fosse, rever as conclusões do

# *Superior Tribunal de Justiça*

acórdão *a quo*, importaria necessário o revolvimento da matéria fático-probatória, inviável na via especial, ante o óbice decorrente do enunciado da Súmula n. 7/STJ.

Por fim, cito as seguintes decisões monocráticas na mesma situação dos autos: AREsp 978.650/SP, Relatora Ministra Regina Helena Costa, publicado em 14/09/2017; REsp 1.695.117/SP, Relatora Ministra Regina Helena Costa, publicado em 02/10/2017; AREsp 1.086.996/SP, Relatora Ministra Assusete Magalhães, publicado em 18/05/2017; AREsp 921.098/SP, Relator Ministro Humberto Martins, publicado em 14/06/2016 e AREsp 858.939/SP, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, publicado em 15/03/2016.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ não conheço do recurso especial.

Deixo de majorar os honorários recursais, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado Administrativo 7/STJ (Somente nos recursos interpostos contra a decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de julho de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator